



## Ações afirmativas em cursos de graduação da área da saúde

Rodrigo de Oliveira Azevedo<sup>1</sup>

Daniel Demétrio Faustino-Silva<sup>2</sup>

Fernanda Nogueira<sup>3</sup>

A Lei Federal nº 12.711/2012, também conhecida como “Lei de Cotas”, prevê que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais de ensino técnico de nível médio devem reservar no mínimo 50% das vagas de cada processo seletivo para o ingresso de estudantes que tenham cursado o nível anterior de ensino em escolas públicas. No preenchimento daquelas vagas, precisa ainda existir a reserva de vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*, assim como para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Além de outros, os argumentos favoráveis à referida Lei compreendem que ela se configura instrumento para a diminuição das desigualdades sociais, para o aumento da diversidade nas instituições de ensino e para a reparação de injustiças históricas. Transcorridos portanto mais de 10 anos desde a promulgação da Lei de Cotas e constituindo-se a equidade um princípio do Sistema Único de Saúde, por meio dessa entrevista realizada pelos editores do Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde (CaEPS) buscou-se informações sobre: a) a ocupação das vagas destinadas às cotas nos cursos de graduação da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); b) as potencialidades e os desafios para a permanência dos estudantes naquelas vagas; e c) eventuais efeitos das cotas para a promoção da democratização dos processos de ensino e pesquisa, assim como dos próprios serviços de saúde.

A entrevistada, Fernanda Nogueira, é pedagoga, doutora e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde da UFRGS. Acompanha as políticas de ações afirmativas de ingresso e permanência dos estudantes negros e indígenas. Pesquisa as políticas de inclusão étnico-raciais para estudantes negros na universidade federal brasileira, em especial em graduações da área da saúde. Interessa-se pelos seguintes temas: **ações afirmativas**; cotas raciais para negros; descolonização do ser e dos saberes na universidade; produção do conhecimento negra; educação das relações étnico-raciais e seus impactos no campo epistemológico.

<sup>1</sup> Editor assistente Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde. Licenciado em Educação Física. Doutor em Educação. Técnico em Educação e Assistente de Coordenação da Gerência de Ensino e Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição. Docente do Curso Técnico em Nutrição da Escola Técnica GHC, do Curso de Gestão Hospitalar da Faculdade de Ciências da Saúde do GHC e do Mestrado Profissional em Avaliação e Produção de Tecnologias para o SUS.

<https://orcid.org/0000-0002-0734-7061>  
<http://lattes.cnpq.br/7560240418281622>  
[arodrigo@ghc.com.br](mailto:arodrigo@ghc.com.br)

<sup>2</sup> Editor chefe Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde. Cirurgião Dentista. Doutor em Odontologia em Saúde Bucal Coletiva. Professor do Mestrado Profissional de Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde.

<https://orcid.org/0000-0001-6876-6537>  
<http://lattes.cnpq.br/3497215871361607>  
[danielsilva@ghc.com.br](mailto:danielsilva@ghc.com.br)

<sup>3</sup> Pedagoga. Mestra e Doutora em Educação pela PUC/RS. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<https://orcid.org/0000-0002-6178-6399>  
<http://lattes.cnpq.br/2494780425647446>  
[fernanda.nogueira@ufrgs.br](mailto:fernanda.nogueira@ufrgs.br)

**EDITORES:** Fernanda, como tu avalia a ocupação das vagas de políticas afirmativas, especialmente nos cursos da saúde, mais especificamente ainda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Nas tuas reflexões, se quiseres também olhar para o cenário nacional, estejas à vontade.

**FERNANDA NOGUEIRA:** eu acho sempre importante a gente pontuar um pouco conceitualmente o que representa para o Brasil e também para as relações raciais, para a discussão, para o aquecimento, novamente, das relações raciais no Brasil, e daí extrapolando as instituições de ensino, onde as cotas iniciaram. Então, eu queria abordar alguns pontos nesse sentido, antes de falar da ocupação. A política de ações afirmativas nas universidades brasileiras iniciou em 2003, através de uma legislação estadual no estado do Rio de Janeiro. E a partir de lá começou toda uma discussão em alguns estados, nas instituições ligadas aos estados e depois a discussão nacional da importância. Nós tivemos a conferência de Durban também, em 2001, que foi um marco. O Brasil participou e ele referendou as indicações da conferência no sentido de criar políticas afirmativas para a educação superior brasileira. Mas isso não era um tema novo em 2001. Ele já era discutido no movimento negro, por exemplo, desde a década de 40, 50, 60 do século passado, de que deveria existir reserva de vagas na educação superior desde que o ensino superior começou a ganhar corpo. Então, as ações afirmativas são constituídas num contexto político favorável o início do governo Lula, em 2003. Há também alguns movimentos anteriores que o governo federal fez. Mas, mais com incentivos federais [foi a partir de 2003]. Não existia a legislação, mas o governo federal começou a criar projetos, incentivar as universidades a discutirem então essas ações nos seus âmbitos, principalmente no ingresso. Elas nascem trazendo uma conceituação de que são políticas que vêm para honrar uma justiça redistributiva. O que quer dizer isso? A justiça no sentido de realmente ampliar o ingresso, chegar a pessoas, a grupos sociais que foram historicamente discriminados. E aqui eu questiono um pouco o conceito que a gente usa às vezes de minorias. Eu não gosto desse conceito, eu acho que são grupos minorizados porque, por exemplo, a população negra no Brasil hoje, quase 58% da população se autodeclara negra, preta ou parda. Então, não é a minoria em termos quantitativos. E outros grupos a gente poderia também fazer outras análises no sentido de que são minorizados. Então, eu acho importante pensar nisso. Então, a justiça redistributiva traz essa ideia de distribuir, redistribuir as riquezas que nós temos em termos sociais, educacionais. E educação é uma riqueza. Poder acessar a educação, poder finalizar o ensino fundamental, o ensino médio, estar na universidade, finalizar essa etapa, que somente em torno de 17% da população brasileira tem ensino superior completo para ter uma dimensão de como é difícil acessar esse nível educacional, como ele é restrito, porque mais de 17% chegam, mas que conseguem efetivamente concluir... Tem um fosso enorme de evasão por várias questões. Então, como políticas de discriminação positiva elas foram conceituadas no sentido de que há uma discriminação de pontuar determinadas situações de vulnerabilidade de grupos sociais, mas essa discriminação é positiva, [para] promover um acesso a riquezas, também como reparatórios, compensatórios. Então, todos esses conceitos os autores que discutem sobre as questões afirmativas trazem no sentido da



importância delas. E eu acho que elas extrapolaram. O objetivo delas é promover o ingresso dos grupos sociais vulnerabilizados e discriminados, porém, no Brasil, viu-se um fenômeno que as ações afirmativas e os movimentos sociais negros principalmente promoveram uma discussão tão importante que culminou com as ações afirmativas, que promoveu um reaquecimento da discussão sobre o racismo na mídia. Nesse período de 2003, até a promulgação da lei de cotas em 2012, as universidades discutiram de forma independente nos seus conselhos universitários, nos seus contextos institucionais, a criação e a implementação das ações afirmativas. Pensando nas experiências que eu acompanhei das universidades, por exemplo, o racismo ficava evidente, tanto que pouquíssimas universidades nesse período conseguiram implementar ações afirmativas puramente raciais, que tinham critérios raciais ou puramente raciais foram duas universidades no Brasil inteiro. Mas, que conjugassem socioeconômico e racial foram poucas universidades. Então, a gente foi vendo que o ensino superior representa um espaço muito privilegiado de formação da intelectualidade brasileira. Ele é um espaço de poder, um espaço de acesso e constituição de poder social nas relações sociais. A gente já tinha ações reparatórias, por exemplo, no mercado de trabalho desde a década de 90 para pessoas com deficiência, mas não teve uma discussão tão visceral em termos nacionais, quando essa discussão aconteceu lá na década de 90. Mas quando ela alcançou as universidades, foi uma discussão muito visceral e ela aqueceu uma discussão social sobre as relações raciais brasileiras. E daí eu percebi o quanto livros importantes que discutiam racismo em termos internacionais e autores brasileiros que não eram editados há muito tempo, ou que não eram valorizados como epistemologias importantes nas instituições... Começou um aquecimento de muitas questões que foram desacomodadas de uma marginalidade [para] pensar, por exemplo, o racismo brasileiro. O mito da democracia racial existe até hoje, que nós vivemos numa democracia, que nós vivemos em paz, que não temos conflito racial, não temos racismo. Isso se constitui enraizado, estrutural no Brasil. Tudo isso começou a ser remexido e as ações afirmativas nas universidades foram um mote muito importante que aqueceu. Considerando isso, começam os ingressos então nas universidades federais aqui no sul do Brasil. Iniciou em 2009 com a UFRGS e com a Federal de Santa Maria. Como ainda não tinha legislação, os percentuais, os grupos atendidos, eles eram todos decididos em plenária dos conselhos universitários das universidades. Então a UFRGS decidiu por trinta por cento de reserva de vagas naquela época e a metade, quinze por cento, era reservada para pessoas autodeclaradas negras. Desde lá já [se] viu como era difícil ocupar as vagas. Tinha uma barreira muito grande que é acessar a universidade. A partir do vestibular e do ENEM, que naquela época começou a ser discutido também como um critério de seleção para ingressar as vagas através do SISU, o Sistema Único de Seleção. Tudo isso acontece ali nos anos 2000. Então, a gente já percebia esse fosso que existia entre a população negra, por exemplo, conseguir concluir o ensino médio e conseguir passar nessas provas de seleção para ingressar na universidade. O racismo brasileiro na educação também é violento. E a gente consegue ver exatamente esse panorama, etapa a etapa da educação, através do censo da educação, tanto o censo da



educação básica quanto o superior. A evasão, por exemplo, na primeira etapa do fundamental, na segunda etapa do fundamental, no médio, a evasão de pessoas, de estudantes negros, em todas as etapas, é muito maior do que de estudantes brancos. A evasão escolar no Brasil é absurda, mas para a população negra ela é pior ainda. E daí a gente começa a questionar também qual é assim o fundamento que essas provas trazem, que elas conseguem fazer uma seleção, inclusive racial, das pessoas que ingressam, porque tem a questão do acesso às escolas, mas também tem a questão da própria racionalidade, dos próprios conhecimentos que essas provas e a forma também de conseguir te preparar para elas possibilitam ou não o ingresso. [Deste modo, foram] cotas de 15% para ingresso de pessoas que declarassem origem de escola pública e 15% para autodeclarados negros, mas, conjugando também o critério da escola. Então, na UFRGS, em 2009, foi assim o formato da política aprovada. Com a Lei de Cotas, a Lei 12.711/2012, ampliaram-se bastante esses percentuais. Mas, como obrigatoriedade, nas universidades, nós não temos legislação para graduação de ingresso da população LGBTQIA+. Então, a lei trouxe um panorama bem diferente, que as instituições federais brasileiras de educação superior tiveram que implementar cotas étnico-raciais. (...) E o que se percebe através de diversas pesquisas que a gente vem fazendo nos cursos da saúde, por exemplo, na UFRGS? A gente percebe, por exemplo, que historicamente os cursos da saúde são muito elitizados e por vários motivos. Por uma questão cultural, da classe social que conseguia acessar os cursos da saúde. A gente ainda tem o desafio da questão dos cursos de tempo integral, que o aluno não tem como trabalhar. Então, um estudante trabalhador da cota socioeconômica que é exigido uma renda per capita familiar de até um vírgula cinco salário é muito difícil para ele seguir nos estudos. Então, outro ponto é a questão da assistência, que é vital nos cursos da saúde. O curso de odontologia na UFRGS é gratuito, mas, às vezes, os alunos gastam cinco ou seis mil reais de material num semestre. Então, surgem os projetos. Na odontologia hoje tem um projeto de os estudantes terem um banco de materiais, que eles não precisam comprar tudo. Então essas lógicas vêm mudando pela presença dos estudantes. Eles falam que não veem na universidade um território que podem habitar sem serem vistos como diferentes ou intrusos ou não pertencentes àquele local. Essa questão do preconceito, isso vem mudando muito porque os movimentos de estudantes universitários vêm tensionando e fazendo denúncias e abrindo processos. O epistemicídio é outro aspecto interessante. Foi um processo que apagou os conhecimentos das comunidades locais. A gente tem dificuldade de encontrar nos cursos autores latino-americanos que discutem os conhecimentos das graduações, enfim, que são estudados. O epistemicídio foi um apagamento proposital desses conhecimentos dos povos locais por um conhecimento erudito e do norte global. E agora a revolução das ações afirmativas está acontecendo no mercado de trabalho. Depois que os estudantes saem da universidade e conseguem constituir um pouco a sua formação a partir de epistemologias que eles vêm trazendo para dentro da universidade [chegam] nos locais de trabalho. Daí a questão da saúde da população negra, a saúde da população indígena, tudo que está acontecendo também nos serviços em termos de atendimento à população LGBTQIA+, de também



pensar os serviços, de que serviços são esses, a partir de que racionalidades.

**EDITORES:** hoje, nos processos seletivos, como vocês percebem na UFRGS a ocupação dessas vagas destinadas às ações afirmativas? O vocês consideram uma vaga ocupada?

**FERNANDA NOGUEIRA:** a gente tem vários momentos do processo seletivo. Por exemplo, a inscrição nos processos seletivos, a gente vê que teria muitas pessoas para ingressar na universidade e faltar vagas. Então, existe sim pessoas negras, pessoas com deficiência para ingressar na universidade pública. Claro que isso varia de área para área. Mas, em termos gerais, UFRGS é muito desejada. Mas quando a gente vê quem aprovou já é um funilzão. Depois de tu aprovar na prova dependendo da cota que tu te inscreveste, vais primeiro apresentar documentação acadêmica para comprovar que tem ensino médio, depois apresentar a comprovação que tu és de escola pública no ensino médio, depois socioeconômico, depois a condição de autodeclaração negra, porque é um arranjo grande. Digamos assim, é uma saga que as pessoas têm que percorrer com documentação, com comprovação. Enfim, aí já tem uma vazão também. São vários editais, vários critérios, então, a vaga efetivamente ocupada é quando o candidato consegue passar por esse processo todo e ele se matricula. A gente só vai rever esse dado quando tiver a virada do semestre, porque daí a gente vai ver com o lançamento dos conceitos quem não ficou ou quem evadiu naquele semestre. É tão rico o momento que a gente vive no sentido de pesquisa institucional para pensar a efetividade das ações afirmativas. A gente vem pensando o peso dos editais, a linguagem dos editais, a dificuldade que os editais imprimem nesse processo. As vagas que menos são ocupadas são as de estudantes na condição de pessoas com deficiência. Porque para chegar até a universidade pública, dependendo da deficiência da pessoa, é muito difícil em relação aos próprios recursos que a educação básica, pública, por exemplo, muitas vezes não promove. A ocupação das vagas hoje de PCD é bem tímida. Mas a ocupação que acontece questiona a universidade de uma forma muito profunda em relação a barreiras físicas, a preceitos que a gente construiu, do que que é essencial pra ti fazer aquela disciplina. Muitas vezes não tem lógica no processo formativo. Por exemplo, desenhar a mão livre num curso de desenho, de engenharia que exige desenho. Ela não vai desenhar a mão livre mais, ela tem programa de computador, e ela não tem a mão, ela não tem destreza principal, tem uma deficiência. A gente tem que olhar no espelho o grau de normalidade que instituiu nesse espaço acadêmico. Os estudantes negros representam outra cota que não é totalmente ocupada. São os efeitos do racismo estrutural, do racismo acadêmico. Então, a gente começa a discutir a evasão, as barreiras durante o curso. E a área da saúde é uma área que tem esse panorama de epistemologias, a própria produção do conhecimento. Os estudantes indígenas questionam esse termo. Eles dizem, como assim produção? Porque é a natureza que produz o conhecimento. A gente vai lá e interpreta, ela se desvenda para nós. A gente se conecta com ele, traduz na nossa linguagem. Os estudantes indígenas sofrem muito na universidade, porque essas barreiras são muito simbólicas. Um estudante negro produz um conhecimento situado, a partir da comunidade



dele, da forma da comunidade dele viver. Então, ele está trazendo uma forma diferente de pensar o que é, inclusive, o conhecimento. Isso é uma produção de si também. E no momento que não existe uma produção do sujeito negro nesse ambiente, em termos de conhecimento, o sujeito negro que ingressa, ele não se sente pertencente àquele lugar. Ele diz esse aqui não é o meu lugar. Isso aqui é muito diferente de como eu vivo: “Poxa, vocês não se ajudam, cada um na sua, todo mundo sofrendo mal, daqui a pouco cheio de coisa pra estudar, ninguém conversa, não tem uma solidariedade”. Assim, pensar a universidade e a presença dos estudantes das ações afirmativas é para mim é pensar a própria descolonização do ser.

**EDITORES:** então, tem um processo que é pensar a permanência desses estudantes. Imaginamos que tenha um conjunto de desafios que são variáveis à medida que os cursos vão evoluindo, ou seja, talvez os desafios para permanência nos primeiros semestres sejam alguns, os desafios no meio dos cursos sejam outros, à medida que as práticas vão avançando tem outras perspectivas, mais perto da formatura, da diplomação...

**FERNANDA NOGUEIRA:** eu me lembrei que quando fiz a minha pesquisa no mestrado uma coisa me chamou atenção. Os professores médicos que atuavam nas disciplinas dos primeiros semestres questionando um pouco a presença dos estudantes negros que estavam ingressando pelas ações afirmativas. Eles diziam nossas turmas eram tão homogêneas antes, os estudantes tinham um nível de conhecimento tão parelho. Eu comecei a questionar muito sobre essa palavra. Concluí que a partir das ações afirmativas a realidade brasileira entrou na universidade. A realidade educacional brasileira entrou na universidade. Ela não existia na universidade, era uma bolha de uma classe específica social que ingressava, que conseguia fazer cursinho para vestibular, que tinha uma determinada condição econômica. Então, quando a gente começa a ver tudo isso, a gente como instituição é questionado em várias medidas. E daí entra o papel dos setores. A importância de se criar serviços e locais que se preocupem com essas barreiras. Isso foi um movimento que aconteceu com a chegada dos estudantes. Por exemplo, na UFRGS, a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas, a CAF é uma coordenadoria institucional com potência de fazer pesquisa, de criar ações de permanência, ações de formação para os docentes. Muitas vezes, ela não consegue fazer isso porque tem outras barreiras institucionais que dificultam. A extensão é muito potente no sentido de acolher os estudantes, de promover formação. Depois, foram criados os núcleos de estudos afro-brasileiros indígenas, os NEABs, que têm um papel incrível nas instituições de pensar os benefícios, os editais, o quanto os critérios atingem realmente os estudantes. Esse seria o núcleo institucional mais central na UFRGS, que pensa a política. Mas, capilarizando nos cursos, seriam as comissões de graduação, que teriam que se preocupar com a permanência dos estudantes naquele micro espaço. A UFRGS tem quase 100 cursos de graduação, é um universo. Tem uma dificuldade para as comissões de graduação fazerem isso no sentido da sobrecarga de trabalho, no sentido mesmo da dificuldade da universidade



de reconhecer um trabalho pedagógico, por exemplo, de técnicos em assuntos educacionais para pensar evasão, pensar ações que vão de encontro às barreiras. O nosso sonho na UFRGS seria criar uma pró-reitoria de ações afirmativas, como a UFSC criou. Temos a experiência no Paraná. Uma pró-reitoria conjugando diversos serviços, de pensar ingresso, permanência, diplomação, o acesso ao mercado de trabalho. A gente vem recebendo mais denúncias como instituição, e não é porque está tendo mais racismo. Antes ele não era reconhecido, não era nominado, não tinha espaço. Então, eu venho percebendo que a instituição tinha que criar um programa muito expressivo de combate ao racismo institucional para pensar essas nuances todas, para se adentrar nos processos e nas relações. Até porque o racismo se reifica, se reinventa. A gente combate, muda práticas, mas ele se renova. A gente ainda tem que desmistificar o mito da democracia racial que está no imaginário e na prática das pessoas, do brasileiro. Se a sociedade é estruturalmente racista, as instituições também vão ser racistas. A gente tem ações na pesquisa, na extensão, na parte acadêmica, ações para permanência, tem coletivos de estudantes indígenas. Na saúde, temos os principais coletivos. Temos a LISAI, que é a Liga de Saúde Indígena, que nasceu na Medicina. Tem o GAEM, que é um grupo de apoio aos estudantes indígenas muito expressivo. Temos o coletivo de estudantes indígenas da psicologia. Na saúde, os indígenas estão muito fortes, até porque 80% praticamente da presença indígena na UFRGS é nos cursos da saúde.

**EDITORES:** por que os cursos da área da saúde acabam atraindo, concentrando, reunindo um maior número de estudantes através das ações afirmativas?

**FERNANDA NOGUEIRA:** a saúde, a educação e a terra são demandas vitais para as comunidades indígenas brasileiras. Elas demandam da universidade espaços para pensar essa possibilidade de seguirem vivas. Então, a saúde e educação principalmente. Os povos indígenas trazem uma visão transcultural. Nós temos 12 cursos da saúde na UFRGS, e eles dizem se tivesse um curso intercultural de saúde para nós estava ótimo, porque a gente não precisa estudar tão específico. A gente quer integrar esses conhecimentos e pensar saúde de uma forma ampla, de uma forma na conexão com a terra; pensar a educação, a vida das nossas crianças, o que elas vão estudar e o que vai manter essa cultura. Não tem essa fronteira de disciplina que a gente criou na modernidade, e de especialidade. Claro que os povos se adaptam, eles estão vindo para a universidade, e estão se adaptando no sentido violento da palavra, de pensar um conhecimento mais fragmentado. Assim, a saúde para eles é a própria demanda por saúde das comunidades. Com a presença deles nos cursos a gente vê como as populações não são atendidas, porque, por exemplo, os anciões indígenas, se eles forem atendidos por um médico que fala caingangue, o tratamento vai ser muito mais eficaz. E que reconheça a medicina deles, a medicina da floresta, e que possa dialogar com a medicina científica que a gente criou, a saúde na perspectiva dessa ciência que nós temos enquanto pessoas brancas, europeias, enquanto tradição do norte. Eles querem a área da saúde para terem profissionais indígenas que tratam as suas comunidades a partir das



suas cosmologias. A mesma coisa é a educação... Mas esse conhecimento, por exemplo, sobre Freud, Lacan, isso não tem significado nenhum nas suas comunidades, porque não vivem assim. Vivem com outra perspectiva do que é esse psicológico. Ele é ancestral, espiritual; o nosso conhecimento não dá conta. Os estudantes se espalham bastante. Nas engenharias é muito difícil a permanência dos estudantes negros. Mas a educação é um local muito potente, que a gente vê uma concentração grande de interesse das comunidades negras. Porque a educação é o mote da conservação epistemológica, a conservação da cultura e por legitimar uma perspectiva mais afro-centrada na produção do conhecimento, que é circular. A UFRGS produziu uma série de relatórios que estão disponíveis na página da Coordenadoria de Ações Afirmativas desde 2012. Tivemos uma produção de 2008 a 2012, que foi um livro trazendo esses olhares sobre o ingresso, a permanência, a presença dos estudantes das ações afirmativas naquela primeira geração antes da lei. E depois de 2012, a gente tem relatórios quase que anuais trazendo dados de acompanhamento da política de ações afirmativas da UFRGS.

**EDITORES:** agora, falando a partir da perspectiva da universidade, o quanto a universidade está se abrindo para também eventualmente pensar e se organizar a partir de outras lógicas? Então, que efeitos tu vê dentro das universidades com a implantação das ações afirmativas?

**FERNANDA NOGUEIRA:** eu vejo que esse processo não é voluntário, não é por uma boa vontade. Ele é sempre por tensão, que vem das pessoas e dos grupos. Conforme essas tensões vão acontecendo, vai se criando um *lôcus*, práticas que significam uma conquista que permanece naquele curso. Por exemplo, no curso de psicologia, começou um movimento muito grande em 2018 dos coletivos de estudantes negros questionando o currículo. Que disciplinas abordam uma psicologia mais voltada para o modo de vida indígena, negro? Lembrando da Lei 10.639, de 2003, que é uma lei federal, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases, que criou a obrigatoriedade da história e cultura indígena e afro-brasileira nos currículos de toda educação básica brasileira. E, em 2004, as diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais que instituiu a obrigatoriedade nas universidades. Isso não é uma boa vontade. Eu, no doutorado, olhei todas as disciplinas da UFRGS, em todos os cursos: dez mil e trezentas disciplinas, as súmulas. Encontrei em torno de 35 disciplinas, agora a gente tem 40 e poucas, que especificamente tratassem desses assuntos nos cursos. E mais ou menos umas 120 que abordavam algum conteúdo. Então, a lei é de 2003, e gente ainda não conseguiu honrar com a legislação federal no nosso currículo. Na psicologia os estudantes começaram a fazer esse tensionamento e começou uma alteração curricular. Ela foi muito tensa porque alguns conhecimentos têm que sair, ou tem que aumentar a carga horária de algum componente, ou criar uma disciplina, ou retirar outra. Tudo isso mexe em espaço de poder, de docentes, de áreas de conhecimento que são legitimadas dentro de uma graduação. Com esse tensionamento os estudantes conseguiram criar uma disciplina obrigatória, que é uma das poucas disciplinas obrigatórias dessas quarenta que eu te falei, no currículo de psicologia e transversalizar esse tema em dez, doze disciplinas. [A partir disso], outros cursos



começaram esse movimento. Já foi mais fácil. Assim, a própria instituição se movimentando pelo tensionamento, e isso é ruim. Se um dos nossos princípios [da administração pública] é a legalidade e tem uma lei federal, o agente público devia colocar isso em operação. Os próprios sujeitos falam isso para nós. Sujeitos de direitos, os sujeitos negros, indígenas dizem, eu não devia estar te dizendo isso aqui, na UFRGS, tu devias estar sabendo disso e movimentando isso. Eu estou aqui para estudar. Não queria lutar contra o racismo. Eu queria estudar como outros estudantes brancos que entram aqui e estudam. Isso é sofrimento para mim. Só que isso é no bojo de uma estrutura racializada, que tem a branquitude como princípio. Mas, a instituição vai entendendo, principalmente quando o Ministério Público se manifesta em relação aos programas de pós-graduação. Em torno de trinta por cento dos programas de pós-graduação da UFRGS tinham ações afirmativas e setenta por cento não. O Ministério Público fez uma recomendação para UFRGS olhar para o princípio da isonomia: tem que discutir um programa para toda a pós-graduação da universidade. Conseguimos implementar um programa com no mínimo trinta por cento de reserva de vagas, incluindo quilombolas, refugiados, PCDs, negros, a questão da população LGBTQIA+, que não tem na graduação.

**EDITORES:** Fernanda, se tu pudesses nos falar um pouquinho daquilo que tu já consegues ver para fora da universidade. Existe certa quantidade de alunos que se formaram a partir dessas políticas afirmativas. Como tu tens visto o pós-diplomação? Como o ingresso desses estudantes que entraram pelas cotas [tem influenciado] os serviços de saúde? Eu sei que não é um movimento só dos estudantes que saem das universidades. A população também busca ocupar esses espaços. Porém, qual diálogo tu observas, não só das políticas de cotas, mas também de outras estratégias afirmativas, para, de alguma forma, fazer dos serviços de saúde espaços acolhedores, mais sensíveis à lógica, ao modo de viver e cuidar dessas populações?

**FERNANDA NOGUEIRA:** eu acho que são muitas direções. Por exemplo, a lei que estipula 20% de reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos é um grande avanço. Eu acho pouco 20% considerando que a nossa população brasileira se autodeclara negra num percentual de quase 58%. Mas foi um avanço legal no sentido de garantir o ingresso para as pessoas. Então, muda um pouco o panorama técnico das nossas instituições. A presença cria. São médicos, técnicos, profissionais em vários concursos públicos... No momento em que a gente tem as ações afirmativas na universidade, tem essas diplomações e os estudantes, os profissionais ingressam através dessa política de reservas tem uma grande cadeia. E muitos caminhos ainda para ver uma mudança de panorama cultural. No entanto, a presença na universidade faz com que a gente olhe para essa história, a gente veja o apagamento dela. Mas, na saúde, eu vejo que a discussão da saúde da população negra está muito forte em vários âmbitos, nos territórios, na universidade. [O mesmo não acontece com] a saúde da população indígena. Os indígenas dizem eu me formei em enfermeiro, mas, na minha comunidade não abre concurso para profissional indígena que tenha essa característica, que fale caingangue,



que fale... Como eu vou entrar na fila de profissionais que têm determinadas habilidades que são importantes, mas que para minha comunidade eu precisava que olhasse para a língua, para a cultura? Então, no momento que discute a saúde, [não se] discute vagas para profissionais indígenas. Quando eu estava estudando o início das ações afirmativas eu me impactei com um dado: 80% da população da Bahia se autodeclara negra e a realidade era inversamente proporcional dentro da Universidade Federal da Bahia; 80% da população universitária era branca e 20%, negra. A gente precisa ampliar [a discussão]. Esse é o nosso papel como agente público. Eu sinto assim.

**EDITORES:** ao ir encaminhando o término da nossa conversa, quando tu olhas o contexto atual da UFRGS, quais são esses tijolinhos, usando a tua metáfora, que tu julgas mais estruturantes, neste momento histórico de 2023, para se conseguir consolidar e contribuir com o avanço dessa interface ações afirmativas e cursos da área da saúde?

**FERNANDA NOGUEIRA:** eu acho que uma política de permanência para além da assistência estudantil é vital. Uma política de permanência com a qual a instituição se comprometesse, que ela desse uma direção precisa, por exemplo, que todos os cursos têm que produzir dados sobre evasão, sobre permanência, sobre ingresso, sobre as barreiras. Existem cursos da saúde em que isso fica meio difuso. Acho a gente tinha que ter um programa destinado aos microespaços que estão com os estudantes para produzir esses olhares e registrar, pensar ações, e dar retorno para a administração central. Criar esse ciclo de avaliação da permanência. A gente não tem isso, é tudo muito difuso. Alguns cursos fazem, outros não, fazem até um ponto... A questão de um projeto de combate ao racismo institucional. Ter coragem de criar um projeto para a instituição se olhar mesmo, nua e crua. Ouvir os sujeitos e movimentar ações. A questão dos currículos, porque a área da saúde é um silenciamento enorme. Tem pouquíssimas disciplinas e conteúdos que se transversalizam. Uma postura institucional no sentido de que os cursos vão ter que mobilizar seus recursos, buscar vagas no Ministério da Educação para contratar professores negros, indígenas. Na UFRGS nós não temos nenhum professor indígena. Negros não chega a um por cento, mesmo já tendo a reserva de vinte por cento. O grupo se renova de uma forma lenta. Pensar a implementação da legislação Educação das Relações Étnico-Raciais na universidade. Fortalecer os grupos que fazem essa discussão das relações raciais, do racismo, em diversas direções, na extensão, na pesquisa. Enfim, uma pró-reitoria de ações afirmativas que capilarizasse essas discussões.

**Como referenciar este artigo (ABNT):**

NOGUEIRA, Fernanda; AZEVEDO, Rodrigo de Oliveira. Ações afirmativas em cursos de graduação da área da saúde. *Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 11-20, 2023.

